

Produzir e poupar

Do jornal diário «As Novidades», transcrevemos o seguinte artigo:

Em «nota officiosa», deu o Ministro da Economia uma palavra de ordem à Nação: produzir mais e gastar menos.

Gastar significa consumir o que foi produzido. Há, porém, gastos úteis e produtivos e gastos de pura perda.

Bôa e escolhida alimentação, habitação saudável, cuidados higiênicos, são despesas úteis e diremos até produtivas, porque mantêm o vigor do corpo e do espírito. O aperfeiçoamento da mecânica, a aplicação mais perfeita da técnica, os melhoramentos dos meios da produção, são gastos produtivos, porque dão origem a riqueza maior do que aquela que consomem. O luxo, o vício, o prazer, o supérfluo são despesas inúteis, não só por carecerem de valor económico real — embora não falte quem lho queira dar — mas ainda por enfraquecerem o corpo e amolecem as energias da alma.

Poupar nas duas primeiras despesas seria diminuir as possibilidades de produção. Só às últimas se pode referir, portanto, o apêlo do Governo. Numa hora de tamanhas dificuldades colectivas, não pode consentir-se, com efeito, o desperdício de capital que as necessidades impõem seja aplicado em produzir mais e melhor.

A outra parte do apêlo governamental incitou a Nação a produzir. Ora em economia política e clássica, aprendemos que são três os factores da produção: natureza, capital e trabalho. Mas como foge à alçada do Governo o dirigir e disciplinar a natureza, só ao capital e ao trabalho se podem dirigir aquelas palavras.

O capital aparece-nos, na produção, convertido em direcção e em instrumentos do trabalho. Para produzir mais, é necessário que os instrumentos do trabalho (maquinismos, ferramentas, força motriz, alfaias, etc.) sofram um aperfeiçoamento na técnica e na capacidade produtiva, isto é, têm de ser mais perfeitos e mais potentes. O mesmo diremos da direcção do trabalho.

Não basta, em nosso entender, pedir ao capital que se ponha em condições de se tornar mais útil. Muitos dos seus possuidores não sabem fazê-lo ou não podem fazê-lo por si sós; outros, por absoluta incompreensão da função social do capital, não querem ter a maçada de o fazer. Se o Governo deseja realmente tornar mais produtivo o capital, terá de auxiliar, ensinar e estimular os de bôa vontade e de punir os de má fé. Limitar-se a pedir-lhes maior rendimento é arriscar-se a obter bem pequenos resultados, pois todos nós sabemos que uma das causas principais do inferior rendimento da indústria e da agricultura se pode em parte fixar no atraso técnico da sua exploração.

De pouco servirá, porém, quanto

vimos dizendo, se o Ministério da Economia não prestar cuidado especial ao outro factor da produção isto é, ao trabalho.

O capital, em última análise, é trabalho acumulado. Di-lo a economia clássica e Leão XIII disse-o também, quando proclamava na «*Rerum Novarum*» que «não pode haver capital sem trabalho» ou ainda quando dizia «poder afirmar-se sem perigo de êrro, que o trabalho é a única fonte de riqueza nacional.

Embora o capital torne o trabalho mais produtivo, embora, nas economias modernas, nada possa fazer o trabalho sem capital, uma conclusão, no entanto, podemos tirar: o elemento fundamental da produção é o trabalho.

As observações que fizemos a respeito do capital —, fazemo-las, e com maioria de razão, a respeito do trabalho.

Será de efeitos duvidosos um simples apêlo ao trabalho para que produza mais. Por melhor vontade que haja da parte do operariado, tal como acontece com o capital só poderá o trabalho tornar-se mais rendoso quando for pôsto em condições de poder produzir melhor: maior aperfeiçoamento técnico, maior força produtiva.

Apesar das escolas industriais, o operário português não aprende a trabalhar. Entra como aprendiz nas oficinas, mas o interesse do patrão está mais em tirar dêle qualquer rendimento immediato do que em ensiná-lo a dar maior rendimento no futuro. Se vai à escola industrial, tira um diploma de carpinteiro por exemplo, mas não sabe serrar uma tábuca, como temos por demais observado. E não há escolas de orientação profissional nem de aperfeiçoamento técnico do trabalho. As escolas primárias oficiais nas aldeias, que poderiam e deveriam servir a terra e a produção agrícola, formam candidatos a caixeiros, a continuos ou, quando não vão tão longe, a desempregados nas cidades. Nunca bons agricultores.

À falta de competência técnica, temos de acrescentar outra causa da deficiência produtora do trabalho: a debilidade física.

Nunca poderemos esquecer a desproporção de rendimento observa-

da entre os cavadores ribatejanos bem alimentados e os trabalhadores beirões ou minhotos que se limitam a uma frugal refeição, quando postos lado a lado.

Num recente inquérito a um dos novos bairros municipais, concluiu-se que a média de rendimentos das famílias, onde havia trabalho e salário certos, andava à roda de 2 escudos por pessoa e por dia. E o das famílias cujos chefes não tinham nem salário nem trabalho diários não excedia 1\$00 por dia e por pessoa. Como pode um operário, com tais possibilidades de compra, adquirir o indispensável para tornar rendoso o seu trabalho.

Uma das causas fundamentais desta debilidade física do operário pode bem situar-se na falta de protecção à família. Um salário que bastaria para alimentação racional dum operário solteiro, não chega para um operário chefe de família, e, muito menos, se essa família é numerosa. Como tem de sustentar várias pessoas com o mesmo rendimento que tinha quando ganhava só para si, é evidente que tem de entrar num regime de deficiente alimentação que, afinal, vem reflectir-se na produção do seu esforço, isto é, na diminuição da riqueza colectiva.

Se o trabalho é o principal e fundamental factor da produção, e se todos nós reconhecemos que o trabalhador, em regra geral, não se alimenta como devia, necessário se torna rever os salários e a forma da remuneração do trabalho, para podermos, legitimamente, esperar dêle uma produção mais abundante.

Melhor aproveitamento do capital, estímulo e auxílio ao aperfeiçoamento técnico da exploração agrícola ou industrial, reforma e desenvolvimento do ensino profissional, revisão dos salários sobretudo no plano familiar são, quanto a nós, condições essenciais para se obter um maior rendimento colectivo do esforço nacional.

Costuma objectar-se que um aumento de salário traz consigo um correspondente aumento do custo da produção e, portanto, do preço de venda das mercadorias. Queremos parecer que estamos em presença de uma frase feita, mas não verificada. Em muitas indústrias, a um aumento de 20 por cento no salário não corresponderia mais do que 2 a 5 por cento no custo da produção, pois que, para a fixação deste, há que ter em linha de conta as despesas gerais, a força motriz, a matéria prima, que atingem por vezes 80 por cento ou mais do custo total da produção.

Pondo, portanto, de lado as ideias preconcebidas, criemos o ambiente indispensável, por uma doutrinação consciente, para que o Governo possa cumprir a sua missão nesta hora em que cada um de nós tem de redobrar o seu esforço para defesa económica e social da Nação.

ABEL VARZIM